PAUTA
Reunião
de CREP
31/7/2026

SINDICATO DOS ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO
DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Reunião do Conselho de Representantes
CREP do SINESP – 31/7/2026

SINESP

Conecte-se ao SINESP: www.sinesp.org.br

sinespsp (11) 3116-8400

A. Conjuntura - SINESP denuncia e combate o projeto privatista de Ricardo Nunes

A gestão da educação em São Paulo vive um momento de intensos ataques à escola pública e à gestão democrática. Sob a administração de Ricardo Nunes, a Rede Municipal de Ensino tem sido alvo de uma ofensiva acelerada de um projeto de privatização e de desmonte da escola pública, estatal e democrática.

Desmonte na Educação - Recentemente, a Prefeitura deu mais um passo nessa ofensiva privatista, ao anunciar a abertura de chamamento público para a terceirização da gestão de três novas Unidades Educacionais de Ensino Fundamental que estão em construção.

Essa investida sobre o ensino fundamental amplia a política de privatização, que na Educação Infantil já está bastante avançada e tem no incentivo governamental à "rede parceira" (CEIs conveniados) um instrumento para substituir o atendimento estatal direto.

A transformação de cargos de PEI em PEIF, que permite a transferência de profissionais da educação infantil para o ensino fundamental, atrelada à implementação do São Paulo Integral em EMEIs sem o devido aporte de pessoal, equipamentos e materiais para melhorar as condições de trabalho, gera mais um gargalo privatista: a redução de vagas públicas nas UEs de educação infantil obrigam as famílias a buscarem os CEIs conveniados.

Isso não é apenas uma escolha administrativa, é o fim programado da construção de novas unidades municipais de educação infantil, a precarização do vínculo laboral dos profissionais por concurso público e o desmonte da carreira do magistério.

Em defesa da gestão democrática - A administração de uma unidade escolar envolve compromisso com o projeto político-pedagógico e com a comunidade local. Por isso o SINESP tem a convicção de que a gestão democrática, com o envolvimento da comunidade na vida escolar, é um pilar constitucional que só pode ser implementado por funcionários públicos concursados. A terceirização e a privatização destroem a possibilidade concreta de construção dessa gestão que contempla democraticamente todos os participantes das Unidades Educacionais.

Plataformização: controle sob o disfarce da "Inovação" - Outro aspecto desse projeto privatista é a plataformização, consolidada por normativas como a IN 25/2025, IN 18/2026 e a IN 43/2025. O que a Prefeitura apresenta como "fortalecimento da liderança" com sua "Escola de Gestão" é, na verdade, um mecanismo de controle. A indução a metas, o ranqueamento e a dependência de plataformas digitais transformam o trabalho dos gestores em uma tarefa de produção de dados estatísticos. O SINESP repudia essa prática, que retira a autonomia pedagógica, subordina a escola à lógica da meritocracia e da vigilância e destrói a escola pública estatal e democrática.

Abandono da EJA - A negligência do governo se reflete também na EJA. A falta de chamamento público para novas vagas sinaliza um projeto deliberado: a prefeitura retém a oferta para, futuramente, justificar a entrega desses alunos para instituições privadas.

PDE e a política de metas - A política de bonificação via Prêmio de Desempenho Educacional (PDE), consolidada pelos decretos 65.373/2026 e 64.482/2025, impõe uma cultura de metas inalcançáveis. Premiar por resultados sem prover condições de trabalho é uma falácia que divide a categoria. Essa política meritocrática está relacionada ao privatismo do prefeito ao substituir o PDE por um mecanismo de apoio ao ranqueamento das unidades educacionais e seus profissionais.

Organização, resistência e Luta - O SINESP reitera sua posição de combate incondicional ao projeto de desmantelamento da educação pública paulistana e todas as tentativas do governo de privilegiar o lucro privado e transformar o direito constitucional à educação em mercadoria.

A defesa de uma escola que seja, acima de tudo, pública, estatal, gratuita, laica, inclusiva e democrática é princípio

inegociável para o SINESP.

Ao entregar a gestão escolar a entes privados, o governo inviabiliza a manutenção da escola pública e prejudica o atendimento, uma vez que a iniciativa privada, focada na lógica de mercado, tende a não aplicar integralmente os recursos na infraestrutura e na gestão pedagógica, o que leva à precarização da escola e à descontinuidade de projetos pedagógicos e diretrizes curriculares emanadas da própria Secretaria Municipal de Educação.

A terceirização/privatização, ao esvaziar o concurso público, também enfraquece as carreiras, desmantela o quadro de profissionais e coloca em risco a previdência municipal (IPREM), ameaçando a sustentabilidade das aposentadorias de todos os trabalhadores.

O combate do Sindicato às medidas privatistas é sistemático e incondicional. O fortalecimento do Concurso Público como única via de provimento de cargos e a valorização das carreiras estatutárias são essenciais para a garantia de uma educação pública de qualidade para a população da cidade.

Uma ação sindical decisiva para o fortalecimento dessa luta está no trabalho sindical permanente junto aos gestores educacionais, com presença constante nas UEs, em diálogo direto com as equipes gestoras e a comunidade escolar para fortalecer a formação sindical e política e a consciência sobre os ataques do governo Nunes e a construir a organização e a participação da categoria nas lutas.

B. PTRF

O SINESP conquistou uma importante vitória referente ao PTRF.

Atendendo a uma cobrança direta do sindicato, a Secretaria Municipal de Educação recuou e deixou de considerar os saldos remanescentes em conta bancária das escolas para aplicação de descontos no segundo repasse de verbas. A exigência era baseada no artigo 9º da regulamentação anterior.

Apesar do avanço, a publicação da nova portaria promoveu uma redução nos valores repassados per capita. O adicional de vulnerabilidade social diminui de R$ 98,00 para R$ 91,21 per capita, e o adicional por aluno passou de R$ 62,00 para R$ 17,15.

Com relação à diminuição do montante, o SINESP cobrou o cumprimento do princípio da transparência na destinação das verbas públicas e à garantia da qualidade do ensino.

O SINESP participou de duas reuniões de negociação com a SME; a primeira com o Grupo de Trabalho do PTRF e a segunda no último dia 28 de julho, com a Coeduc, oportunidades em que cobrou da Secretaria mudanças, que são imprescindíveis, na legislação que rege o uso dessa verba.

C. Locação de espaços para subsedes

A implementação de quatro subsedes do SINESP foi construída pela diretoria junto com os conselheiros. Elas serão abertas em imóveis alugados, abrangendo as regiões norte, sul, leste e oeste da cidade. A escolha dos locais em que serão instaladas, com referência nas regiões e na divisão por subprefeituras, está sendo encaminhada por diretores e conselheiros. Os grupos foram organizados por região e cada um indicou um bairro para a instalação. A partir disso, foram procurados imóveis que se adequassem aos critérios discutidos e necessidades apontadas, como localização estratégica, espaço que possibilite a realização de reuniões, acessibilidade, possibilidade de entrada dia e noite, segurança do entorno, estacionamento perto, proximidade a ponto de transporte público.

D. 29º Congresso do SINESP

O 29° Congresso Educacional do SINESP será realizado de 8 a 11 de setembro. As inscrições serão iniciadas no dia 03/08 e a divulgação começará a ser feita pelo site e pelas redes sociais do SINESP em breve.

E. SINESP cobra cumprimento do protocolo de negociação da campanha salarial

O SINESP, junto com os demais Sindicatos que compõem a Coeduc, realiza reuniões com o governo para discutir o encaminhamento dos itens dos Protocolos nº 02/2025 e nº 02/2026, assinados ao final das campanhas salariais, e cobra, em todas elas, o cumprimento integral de todo o conteúdo e dos prazos previstos.

A atuação permanente do SINESP e da Coeduc já contribuiu para que parte dos compromissos assumidos pela Administração fosse efetivada.

Entre os avanços está a publicação da Instrução Normativa SME nº 24/2026, que regulamentou a reposição dos dias não trabalhados durante as paralisações da campanha salarial, garantindo a compensação das ausências decorrentes da greve (**item 3 do protocolo**). Também foi assegurado, por meio do Comunicado SME nº 261/2026, que essas ausências não seriam consideradas para o cálculo da assiduidade da primeira parcela do Prêmio de Desempenho Educacional (PDE), evitando prejuízos aos profissionais que participaram do movimento (**item 3.1**).

Outro avanço importante foi a autorização para a realização de concurso público com 3 mil vagas para Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I (PEIF) e 1,5 mil vagas para Professor de Ensino Fundamental II e Médio (PEF II) (**item 13**), além da autorização para nomeação de 483 Professores de Educação Infantil (PEI) e 653 Auxiliares Técnicos de Educação (ATE), seguida da convocação para escolha de vagas **(item 14**). Vale ressaltar que o protocolo prevê a realização de **concurso público para todos os cargos da Educação**.

O anúncio da autorização de concurso para professores foi um passo importante, mas **é preciso autorizar com urgência o concurso para gestores educacionais, para suprir as vagas em aberto: 198 de Coordenadores Pedagógicos, 236 de Diretores de Escola e 37 de Supervisores.**

Também foi publicada a Lei nº 18.551/2026, que estabelece diretrizes para a Política Municipal de Adaptação Climática na Rede Municipal de Ensino, representando um passo inicial no compromisso assumido pela Prefeitura de elaborar um plano de climatização para as unidades educacionais, medida cuja regulamentação e implementação continuarão sendo acompanhadas pelos sindicatos da Coeduc. (**itens 7, 7.1 e 7.2**).

O Sindicato atua para que sejam instalados com rapidez os **Grupos de Trabalho** responsáveis por discutir e encaminhar questões previstas nos protocolos, como as relacionadas à saúde do trabalhador. **Neste ponto há mais uma conquista**, a publicação da Portaria SME nº 7.969, de 29 de julho de 2026, que institui o Grupo de Trabalho responsável por elaborar propostas voltadas à promoção da saúde mental dos profissionais da Educação.

Já no atendimento especializado, o cenário atual da Rede Municipal demonstra um avanço expressivo, com o **número de matrículas de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) passando de 18.135, em junho de 2024, para 22.597 em junho de 2025** — um crescimento que, por si só, já revela a força da demanda.

Mesmo com os ajustes na tipificação de dados realizados no final de 2025, categorias como a Deficiência Intelectual mantiveram trajetória ascendente, alcançando 5.549 atendimentos.

Esse crescimento, no entanto, não encontrou correspondência na ampliação dos quadros de apoio. O número de professores, de AEEs, AVEs e estagiários permaneceu estagnado, o que gera um descompasso preocupante entre o que se demanda e o que se oferece.

A inclusão efetiva não se sustenta apenas no acolhimento simbólico, mas na estruturação de uma equipe compatível com o crescimento das matrículas. Por isso o **SINESP exige a apresentação de um cronograma concreto de ações e políticas públicas** que assegurem, na prática, o atendimento. É fundamental que se divulguem, por unidade escolar, o quantitativo real de profissionais especializados e os critérios normativos que orientam a alocação desses apoios.

Desde o término do movimento de paralisação de 2025, o SINESP tem feito todos os esforços para que a PMSP cumpra integralmente os compromissos assumidos nesses protocolos. Outras ações complementam essa cobrança para além das administrativas. Entre elas estão as denúncias feitas em diferentes esferas judiciais sobre práticas antissindicais da Prefeitura e o descumprimento de cláusulas acordadas entre as partes.

Há processos em andamento na Justiça, como a denúncia protocolada pelo SINESP junto ao

Ministério Público do Trabalho na Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical (Conalis), relatando práticas antissindicais da PMSP e violações ao direito de greve. Em decorrência dessa denúncia, em 8 de julho de 2026, o **Ministério Público do Trabalho instaurou Inquérito Civil com a finalidade de apurar os fatos e as irregularidades apontadas**. O procedimento permanece em andamento, com o jurídico do SINESP permanentemente atento aos desdobramentos.

As reuniões com as secretarias municipais e os questionamentos judiciais são importantes porque o SINESP entende que a campanha salarial não se esgota ao final da greve ou da assinatura do protocolo. O SINESP segue atuando para que todos os itens do protocolo sejam cumpridos.

F. SINESP convoca aposentados para mobilização nacional em Brasília

O SINESP convoca filiadas e filiados aposentados a participarem do **20º Encontro Nacional de Aposentados e Pensionistas**, promovido pelo Instituto MOSAP, que será realizado em 12 de agosto, em Brasília. A mobilização será um importante momento de fortalecimento da luta pelo fim do confisco previdenciário, tendo como pauta central o apensamento da PEC 6/2024 à PEC 555/2006, estratégia considerada fundamental para viabilizar a votação da proposta que extingue a contribuição previdenciária dos aposentados.

Em suas recentes agendas na Capital Federal, o SINESP participou de reuniões com autoridades e parlamentares, entre elas o ministro Guilherme Boulos, que assumiu o compromisso de atuar em favor do apensamento da PEC 6 à PEC 555, reforçando a importância da mobilização do dia 12 ao lado do MOSAP.

A presença dos aposentados e pensionistas será fundamental para fortalecer a unidade da categoria e ampliar a pressão por avanços concretos na luta pelo fim do confisco previdenciário e pela efetivação de direitos históricos dos servidores públicos.

DESCONGELA

Na próxima semana também haverá uma **audiência para tratar do pagamento retroativo do Descongela**, especialmente dos valores que ainda dependem de legislação municipal específica para serem efetivados.

O Sindicato atua intensamente junto a instâncias municipais e federais para garantir que esse direito alcance também os servidores que já se aposentaram e que ainda não tiveram reconhecidos os valores retroativos a que fazem jus, e pelo pagamento integral a todos que têm direito.

G. Marcha das Mulheres Negras: uma luta que também é do SINESP

O SINESP participou, da 11º Marcha das Mulheres Negras , fortalecendo por meio de mobilização e reconhecendo esse espaço como uma importante expressão da luta organizada contra o racismo, o sexismo e todas as formas de desigualdade.

Com isso, reafirma o compromisso político sindical construído coletivamente em seus congressos, encontros e instâncias deliberativas: a defesa dos direitos humanos, da justiça social, da educação pública democrática e da valorização da diversidade como princípios fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa.

Mesmo diante dos avanços conquistados pelo movimento negro e pelos movimentos de mulheres, a realidade demonstra que as mulheres negras continuam ocupando, em sua maioria, os postos de trabalho mais precarizados, com menores salários, maior informalidade e menor acesso aos espaços de decisão. Essa desigualdade também se expressa no cotidiano das políticas públicas e exige do movimento sindical uma atuação permanente em defesa da equidade racial e de gênero, compreendendo que combater essas desigualdades é condição para fortalecer a democracia e ampliar os direitos da classe trabalhadora.

No campo da educação e dos serviços públicos, permanece um desafio histórico: enfrentar a invisibilidade das necessidades da população negra na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. A ausência de mecanismos efetivos de enfrentamento ao racismo institucional compromete a qualidade do

atendimento prestado à população e aprofunda desigualdades. Para o SINESP, defender uma educação pública de qualidade implica também lutar por políticas que reconheçam as especificidades da população negra, valorizem a diversidade e garantam condições para que as escolas e os serviços públicos sejam espaços de promoção da igualdade racial.

É nesse contexto que a participação do SINESP na Marcha das Mulheres Negras ganha sentido estratégico. Ao lado dos movimentos sociais, o Sindicato reafirma as deliberações aprovadas em seus espaços congressuais, que defendem o combate ao racismo, ao sexismo e a todas as formas de discriminação, fortalecendo políticas de equidade e a participação das mulheres nos espaços de organização e decisão. Somar forças a essa mobilização significa reafirmar que a luta pela valorização da educação pública e dos seus profissionais está indissociavelmente ligada à defesa da igualdade racial, da justiça social e da construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

H. PDE 2026: SME apresenta proposta inaceitável, que prejudica os profissionais e desconsidera as condições de trabalho

Em reunião com a Secretaria Municipal de Educação (SME) para tratar do Protocolo de Negociação firmado durante a greve, a administração apresentou sua proposta para o pagamento da primeira parcela do Prêmio de Desempenho Educacional (PDE), prevista para agosto.

A proposta apresentada pela Secretaria Municipal de Educação modifica significativamente a política de premiação dos profissionais da Rede Municipal, vinculando parcela expressiva da remuneração variável ao cumprimento de indicadores relacionados à frequência dos estudantes, avaliações externas, assiduidade dos servidores, complexidade da unidade e desenvolvimento de projetos.

Na avaliação do SINESP, essa nova política de premiação imposta pela SME apresenta alto risco de desencadear competição entre escolas e entre profissionais, de responsabilização dos profissionais pautada por fatores externos, estreitamento curricular, desigualdade entre territórios, política de premiação como instrumento de penalização financeira e redução da autonomia pedagógica. Também massifica o trabalho do ensinar e aprender, como se todos os estudantes fossem iguais e necessitassem das mesmas estratégias para avançar na aprendizagem.

A proposta da SME evidencia atritos importantes com princípios consolidados da política educacional da própria Rede Municipal de Ensino, especialmente quanto à Educação Infantil, à gestão democrática, à colaboração entre unidades e ao conceito de desenvolvimento integral.

I. Plenárias do Plano Nacional de Educação

O SINESP reforça a importância da participação dos gestores educacionais nas etapas de construção do novo Plano Municipal de Educação (PME) 2027-2037. O documento definirá as metas, estratégias e prioridades da educação paulistana para a próxima década e terá impacto direto nas políticas educacionais da Rede Municipal.

A IN 26 publicada pela SME em 17/06/2026, dá início ao processo de construção do novo Plano Municipal de Educação (PME) 2027-2037, que definirá as metas, estratégias e prioridades da educação paulistana para os próximos dez anos. O cronograma, que se estende até março de 2027, prevê seminários, conferências regionais e a Conferência Municipal de Educação, reunindo profissionais da educação, estudantes, famílias e representantes da sociedade civil.

Esse processo representa uma oportunidade importante para avaliar os avanços e os desafios do atual PME e construir, de forma coletiva, diretrizes que fortaleçam a educação pública municipal. As contribuições apresentadas ao longo das etapas serão sistematizadas e subsidiarão a elaboração da nova versão do Plano.

O SINESP participará do processo de avaliação do PME vigente e construção do novo PME. A participação de todos os filiados e as filiadas é muito importante para qualificar esse debate. Diretores,

Assistentes de Direção, Coordenadores Pedagógicos e Supervisores Escolares vivenciam diariamente os desafios da rede e têm muito a contribuir para a definição de políticas educacionais comprometidas com a gestão democrática, a valorização dos profissionais e a garantia do direito à educação de qualidade.

Participe das discussões em sua região! Fortaleça a construção de um Plano Municipal de Educação que responda às necessidades da escola pública e da comunidade escolar e defenda a educação pública, gratuita, estatal e democrática.

ETAPA	AÇÃO	MÊS PARA REALIZAÇÃO
PME na Rede	Constituição da Comissão Regional	Junho/2026
	Reuniões das Comissões Regionais	De julho a novembro/2026
	Retomada do PME	Julho, agosto
	Retomada do PRE	Julho, agosto
	Levantamento e registro das proposições para o novo PME	Agosto, setembro
	Envio à SME dos formulários	Setembro
	Incluir no processo SEI de acompanhamento do PRE de cada DRE os resultados da avaliação realizada	Setembro
Conferência Regional	Divulgação	Outubro e novembro
	Seminários temáticos	Setembro, outubro e 1ª quinzena de novembro
	Realização da Conferência Regional	27 e 28 de novembro
	Envio dos registros da Conferência	1ª quinzena de dezembro 2026
Conferência Municipal	Participação dos delegados na Conferência Municipal de educação	Fevereiro/março 2027

Cronograma (anexo único da IN 26/PME na Rede 2026) - Etapas e Ações que serão realizadas de junho/2026 até março/2027

J. Relatos dos Conselheiros

Fique informado e participe das lutas!

Acompanhe o Site e as Redes sociais do SINESP

www.sinesp.org.br sinespsp (11) 3116-8400

Siga o Canal do SINESP

No WhasApp

RECEBA ATUALIZAÇÕES DIÁRIAS

O SINESP utiliza seu canal do WhatsApp para fazer os envios diários de informações à categoria: notícias, boletins, resumo diário do DOC, atualizações das lutas e ações, etc.

Siga o canal do sindicato no WhatsApp e clique no sininho para receber notificações sempre que o SINESP fizer qualquer atualização.

Veja como fazer para seguir o Canal do SINESP:

Use o link ou o QR Code ao lado para acessar o Canal do SINESP.

Clique em SEGUIR e marque o sininho para receber notificações das publicações do SINESP.

https://whatsapp.com/channel/0029VaDZ0tTEwEjvw9myzH1g